

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 30 de março de 2010.

Edição nº 408

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Atos Normativos	2
Editais.....	2
Avisos.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	2
Súmulas de contrato e convênios.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins	4
----------------	---



PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0442/2010

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, resolve **REDISTRIBUIR** as atribuições das Promotorias de Justiça Cível e Especializada de Bento Gonçalves, na forma que segue:

Promotoria de Justiça Cível de Bento Gonçalves:

- 1º Promotor de Justiça: 1ª e 3ª Varas Cíveis (nesta, feitos pares), bem como em matérias de Pessoas Portadoras de Deficiência, Saúde Pública e Defesa dos Direitos do Idoso – art. 5º, incisos III, XIII, XIV, do Provimento 12/2000;

- 2º Promotor de Justiça: 2ª e 3ª Varas Cíveis (nesta, feitos ímpares), Defesa do Consumidor, Defesa do Patrimônio Público e Fundações – art. 5º, V, VI e XII, do Provimento 12/2000.

Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves:
Promotor de Justiça: Direitos Constitucionais, Criança e Adolescente, Meio Ambiente, Patrimônio Natural e Cultural, bem como Urbanismo e Habitação – art. 5º, I, II, IV e XVIII, do Provimento 12/2000.

Esta Portaria vigorará a contar de 01 de abril do corrente até ulterior deliberação, sem ônus para o Estado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de março de 2010.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,

Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

PORTARIA Nº 0467/2010

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, resolve **REDISTRIBUIR** as atribuições das Promotorias de Justiça Cível e Especializada de Santa Rosa, na forma que segue:

Promotoria de Justiça Cível de Santa Rosa:

- 1º Promotor de Justiça: 1ª Vara Cível e processos pares da 3ª Vara Cível, e Defesa do Patrimônio Público – art. 5º, VI, do Provimento nº 12/2000.

- 2º Promotor de Justiça: 2ª Vara Cível e processos ímpares da 3ª Vara Cível, Direitos Constitucionais, Pessoas Portadoras de Deficiência, Defesa do Consumidor, Fundações, Saúde Pública e Defesa dos Direitos do Idoso – art. 5º, I, III, V, XII, XIII e XIV, do Provimento nº 12/2000.

Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa:

Promotor de Justiça: Criança e Adolescente, bem como Meio Ambiente, Patrimônio Natural e Cultural – art. 5º, II e IV, do Provimento nº 12/2000.

Esta Portaria vigorará no período compreendido entre 1º de abril e 30 de setembro do corrente, sem ônus para o Estado.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de março de 2010.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,

Procuradora-Geral de Justiça.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 051/2010 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Viamão promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 00930.00091/2007, em que investigada Neureci Ferranti da Luz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

AVISO Nº 20/2010 – PGJ

Científico, na forma do art. 14 do Provimento nº 33/2008, que a Exma. Sra. Procuradora-Geral de Justiça proferiu despacho autorizando o **AFASTAMENTO** dos seguintes Membros do Ministério Público:

- Dr. JOÃO MARCOS ADEDE Y CASTRO, Promotor de Justiça, para, nos dias 29 e 30 de março de 2010, participar de reunião ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos, em Brasília-DF, sem prejuízo das suas funções normais (PR.00001.00448/2010-7).

- Dra. PAULA BITTENCOURT ORSI, Promotora de Justiça, para, no dia 25 de março de 2010, participar do evento “Justiça Terapêutica”, em Porto Alegre-RS, sem ônus para o Estado e sem prejuízo das suas funções normais (PR.00001.00726/2010-6).

- Dr. CLAUDIO ANTONIO RODRIGUES ESTIVALLET JUNIOR, Promotor de Justiça, para, nos dias 29 e 30 de março de 2010, participar da Conferência Nacional de Educação – CONAE, em Brasília-DF, sem prejuízo das suas funções normais (PR.00001.00759/2010-7).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de março de 2010.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 138/2010

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria nº 0425/2010, que nomeou EDI FOGACA DE SOUZA GOMES, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, deste órgão (Port. 0480/10).



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de março de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 408

NOMEAR

- PATRÍCIA MARTINS STEFANI, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescida da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 0479/10).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, LEANDRO IVAN MALLMANN, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o nono (9º) lugar na Região do Vale do Taquari (Port. 0481/10).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 26/03/2010, no cargo de Assessor Superior II, CC-10, SILVIA LEÃO BERED, tendo entrado em exercício em 29/03/2010.

- habilitada para tomar posse, a contar de 22/03/2010, no cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe "O", NUBIA CRISTINA BOLSON, tendo entrado em exercício em 29/03/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de março de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA PROCESSO Nº 11016-09.00/08-9 CONCORRÊNCIA Nº 02/08

CONTRATADA: FATOR ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** supressão ao valor total do contrato - AJDG nº 164/08 - da quantia de R\$ 32.924,59; prorrogação do prazo máximo de conclusão e entrega da obra, por 02 (dois) meses, a contar de 20 de março de 2010, e do período de vigência do ajuste, por 03 (três) meses, a contar de 03 de junho de 2010; desdobramento do pagamento correspondente à última parcela do cronograma físico-financeiro em 03 (três) parcelas; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigos 57, § 1º, incisos I e II, e 65, §1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de março de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE TERMO ADITIVO PROCESSO Nº 14715-09.00/05.0

CONTRATADA: RESITEC LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E REMOÇÃO DE RESÍDUOS LTDA., nova razão social de Santoriny Locação de Equipamentos e Remoção de Resíduos Ltda.; **OBJETO:** prorrogação, por 1 ano, do contrato de compra e venda de resíduos sólidos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de março de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE TERMO ADITIVO PROCESSO Nº 19312-09.00/03.0

CONTRATADA: WELKE & PIEKAUA LTDA; **OBJETO:** prorrogação, por 1 ano, do contrato de prestação de serviços de manutenção e assistência técnica a 1 máquina copiadora, na Promotoria de Justiça de Giruá, e reajuste do valor mensal para R\$ 206,39.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de março de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DO PROTOCOLO DE ATUAÇÃO CONJUNTA PROCESSO Nº PR.00686.00109/2010-7

PARTES: Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. **OBJETO:** A redução do número de procedimentos policiais identificados como inviáveis à persecução penal que se encontram na Direção do Foro de Caxias do Sul. **PRAZO:** 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 24-03-2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em, Porto Alegre, 29 de março de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO n.º 2091-09.00/10-2

CONTRATADA: PENSALAB EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA.; **OBJETO:** aquisição de ignitor modelo 620-032 para aparelho de medição de ponto de fulgor MP 329 da marca Herzog, utilizado para análise de amostras de combustível pela Promotora de Defesa do Consumidor de Porto Alegre; **VALOR TOTAL:** R\$ 1.000,01; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Elemento 3.3.90.30, Rubrica 3013; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 23/03/2010, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Delmar Pacheco da Luz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de março de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 408

APOSTILA

PROCESSO Nº 14515-09.00/04-6

A **DIRETORA-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar, com fulcro no § 8º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, o expediente de nº 14515-09.00/04-6, para fazer constar que, em atenção à Cláusula Terceira, item 3.3, do Contrato de Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, AJDG nº 11/2005, celebrado com a Companhia Ultragaz Ltda., o valor do quilograma será reajustado em 7,07%.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de março de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

APOSTILA

PROCESSO Nº 10979-09.00/08-4

A **DIRETORA-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar, com fulcro no § 8º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, o Contrato de Prestação de Serviços - AJDG nº 181/08, celebrado com a Construtora Fiebig Ltda. para a execução de obra de engenharia, com fornecimento de materiais, visando à ampliação, reforma e manutenção do prédio do Ministério Público em Erechim, para conceder à contratada, a título de reajuste, a quantia de R\$ 15.106,43 (quinze mil, cento e seis reais e quarenta centavos), conforme dispõe a Cláusula Segunda, item 2.6, do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de março de 2010.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 19/2010

O **COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 00819.00005/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber, da Promotoria de Justiça de Panambi, com a finalidade de apurar prestação irregular do serviço de moto-táxi, em município.

2) Inquérito Civil, nº 003/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos, com a finalidade de apurar possível improbidade administrativa, em município.

3) Inquérito Civil, nº 25/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de averiguar possíveis irregularidades de concurso público realizado por Câmara Municipal, em município.

4) Inquérito Civil, nº 13/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar possível irregularidade na nomeação de CC/FG para atividades diversas de direção, chefia e assessoramento, em município.

5) Inquérito Civil, nº 04/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, da Promotoria de Justiça de Planalto, com a finalidade de investigar eventuais contratações irregulares, em município.

6) Inquérito Civil, nº 058/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de irregularidade quanto à cedência de policiais militares para segurança e escolta de evento, em município.

7) Inquérito Civil, nº 37/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Ximena Cardozo Ferreira, da Promotoria de Justiça Especializada de Taquara, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na gestão do legislativo, em município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2010.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

ANA MARIA SCHINESTOCK,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, em exercício.

BOLETIM Nº 03/2010 - CAO

A **COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

PROMOTORIA DE ARROIO GRANDE

1) Inquérito Civil nº 006/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien da Promotoria de Justiça de Arroio Grande com a finalidade de apurar suposta venda casada de produtos e serviços, tendo como investigada Joalheria e Ótica Íris Ltda;

2) Inquérito Civil nº 007/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien da Promotoria de Justiça de Arroio Grande com a finalidade de apurar eventual venda casada de produtos e serviços, tendo como investigado Relojoaria e Joalheria Mauá;



3) Inquérito Civil nº 008/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Leven da Promotoria de Justiça de Arroio Grande com a finalidade de apurar possível venda casada de produtos e serviços, tendo como investigada Joalheria e Ótica Visual.

PROMOTORIA DE CANOAS

1) Inquérito Civil nº 07/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz da Promotoria de Justiça de Canoas com a finalidade de apurar eventual lesão ao consumidor, tendo como investigada LB Fitness;

2) Inquérito Civil nº 011/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz da Promotoria de Justiça de Canoas com a finalidade de apurar suposta responsabilidade por vício de produto, tendo como investigado Confort Colchões.

3) Inquérito Civil nº 013/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz da Promotoria de Justiça de Canoas com a finalidade de apurar possível irregularidade quanto às relações de consumo, tendo como investigado Fininvest;

4) Inquérito Civil nº 016/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz da Promotoria de Justiça de Canoas com a finalidade de apurar eventual irregularidade na cobrança de taxas de tratamento de esgoto, tendo como investigada a Corsan;

5) Inquérito Civil nº 017/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz da Promotoria de Justiça de Canoas com a finalidade de apurar suposta irregularidade quanto a cobrança abusiva de taxas, tendo como investigado o Banco Carrefour;

6) Inquérito Civil nº 022/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz da Promotoria de Justiça de Canoas com a finalidade de apurar possível irregularidade no serviço de iluminação pública, tendo como investigada a Prefeitura Municipal de Canoas.

7) Inquérito Civil nº 025/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Maria Augusta Menz da Promotoria de Justiça de Canoas com a finalidade de apurar eventual irregularidade quanto a responsabilidade da empresa por vício de produto, tendo como investigada Globex Utilidades S.A / Ponto Frio.

PROMOTORIA DE IJUÍ

1) Inquérito Civil nº 009/2009, instaurado pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch da Promotoria de Justiça de Ijuí com a finalidade de apurar notícia de irregularidades no fornecimento de Energia Elétrica no município de Ajuricaba/RS, tendo como investigada RGE - Rio Grande Energia.

PROMOTORIA DE PANAMBI

1) Inquérito Civil nº 007/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcos Eduardo Rauber da Promotoria de Justiça de Panambi com a finalidade de apurar possível dano a direitos difusos de consumidor, decorrente da exposição à venda de carnes sem inspeção sanitária e comprovação de origem, produto impróprio ao consumo, tendo como investigado Odilon Lemes de Souza.

PROMOTORIA DE PORTO ALEGRE

1) Inquérito Civil nº 029/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial

abusiva, consistente na discriminação do plano de saúde para a contratação de serviços em função de pessoa portadora de deficiência física, tendo como investigado Golden Cross.

2) Inquérito Civil nº 030/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível deficiência de serviço no atendimento do consumidor via "Call Center", tendo como investigado Banco do Brasil.

3) Inquérito Civil nº 031/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual oferta enganosa referente à recusa de prestação de serviço de assistência funeral em razão da existência de período de carência, tendo como investigada MBM Previdência e Seguros.

4) Inquérito Civil nº 032/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta prática comercial abusiva consistente no fornecimento de serviços sem solicitação do consumidor, tendo como investigado Banco IBI S/A.

5) Inquérito Civil nº 033/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva consistente na prestação de serviços de assistência à saúde sem autorização da ANS, tendo como investigada SERVI - Serviços Médicos Sociedade Simples Ltda.

6) Inquérito Civil nº 034/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva consistente no fornecimento de serviço (cartão de crédito) sem solicitação do consumidor, tendo como investigado Banco Paraná.

7) Inquérito Civil nº 035/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta deficiência na prestação de serviço e prática de débito em conta corrente de valor não autorizado, tendo como investigado Candeias Esporte, Lazer e Recreação.

8) Inquérito Civil nº 037/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva consistente na oferta de serviços sem solicitação do consumidor, tendo como investigada NET SUL.

9) Inquérito Civil nº 038/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível cobrança abusiva e inclusão do consumidor em órgão de proteção ao crédito sem prévia ciência ao interessado, tendo como investigados GVT - Global Cillage Telecom e Services Cobranças.

10) Inquérito Civil nº 039/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar suposta prática comercial abusiva consistente na cobrança de tarifa de manutenção na fatura do cartão da loja sem informação ao consumidor, tendo como investigada a loja Luigi Bertolli.



11) Inquérito Civil nº 040/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva consistente na substituição da seguradora e das condições pactuadas em contrato de seguro sem o prévio conhecimento e adesão dos consumidores, tendo como investigada Bancobrás Empreendimentos e Participações S/A.

12) Inquérito Civil nº 041/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João da Promotoria de Justiça de Porto Alegre com a finalidade de apurar eventual descumprimento da oferta de financiamento para a aquisição de veículo e publicidade enganosa, tendo como investigado Fiat Automóveis.

PROMOTORIA DE RIO GRANDE

1) Peça de Informação nº 023/2010, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de averiguar suposto monopólio no Balneário Cassino, tendo como investigado Supermercados Guanabara;

2) Peça de Informação nº 024/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de apurar a qualidade dos serviços de transporte no trecho Rio Grande – Porto Alegre, tendo como investigado Departamento Autárquico de Transportes Coletivos (DATC);

3) Inquérito Civil nº 028/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de averiguar possível demora no atendimento partido do call center e ausência de atendimento pessoal, tendo como investigada a OI.

4) Inquérito Civil nº 034/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan da Promotoria de Justiça de Rio Grande com a finalidade de averiguar eventual dano ao consumidor causado pela não prestação do serviço contratado, tendo como investigada Pevecerca.

PROMOTORIA DE RIO PARDO

1) Inquérito Civil nº 003/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Christine Mendes Ribeiro Grehs da Promotoria de Justiça de Rio Pardo com a finalidade de apurar notícia de suposta não integralização do troco nas compras efetuadas pelos consumidores, tendo como investigado Supermercados IMEC.

2) Inquérito Civil nº 004/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Christine Mendes Ribeiro Grehs da Promotoria de Justiça de Rio Pardo com a finalidade de apurar notícia de suposta irregularidade em loteamento situado no Bairro Jardim Boa Vista, em área da sucessão João Pedro Fernandes de Oliveira, com comercialização de lotes, tendo como investigados Construtora Engetec Ltda. e Município de Rio Pardo.

PROMOTORIA DE SANTA CRUZ DO SUL

Inquérito Civil nº 018/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Roberta Brenner de Moraes da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul com a finalidade de apurar eventual irregularidade e possíveis prejuízos aos consumidores em razão das atividades comerciais e serviços por elas ofertados, tendo como investigados Lago Dourado Ind. Com. de Madeiras Ltda. e M.L. Kuster.

PROMOTORIA DE SANTA MARIA

1) Inquérito Civil nº 028/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro da Promotoria de Justiça de Santa Maria com a finalidade de apurar eventual transbordo e armazenamento ilegal de GLP no Supermercado Ferrari, tendo como investigado Volnei Luiz Ferrari.

2) Inquérito Civil nº 029/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro da Promotoria de Justiça de Santa Maria com a finalidade de apurar suposto transbordo e armazenamento ilegal de GLP na revenda de gás localizada na Rua Capitão Vasco da Cunha, 10, Bairro Juscelino Kubitschek, tendo como investigado Doris Adriane da Silva Brutti Comércio de Gás Ltda.

3) Inquérito Civil nº 034/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro da Promotoria de Justiça de Santa Maria com a finalidade de apurar possível irregularidade no preço dos ingressos para o jogo Inter SM x Inter POA, descumprindo o Estatuto do Torcedor (Lei nº 10.671/2003), tendo como investigado Esporte Clube Internacional de Santa Maria.

PROMOTORIA DE SÃO LEOPOLDO

Inquérito Civil nº 010/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Cruz da Silva da Promotoria de Justiça de São Leopoldo com a finalidade de apurar eventual não atendimento da demanda de água no município de São Leopoldo, tendo como investigado Serviço de Água e Esgoto – Semaes.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2010.

TÊMIS LIMBERGER,

Coordenadora do CAO Consumidor.

De acordo.

ANA MARIA SCHINESTISCK,

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, em exercício.